

O INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO GEOLÓGICO DA REGIÃO COSTEIRA DO ESTADO DE SÃO PAULO: BASE METODOLÓGICA, ADAPTAÇÕES E CONSIDERAÇÕES

Maria da Glória M. Garcia¹, Lucelene Martins¹, Eliane A. Del Lama¹, Christine Bourotte¹

¹Geohereditas - Núcleo de Apoio à Pesquisa em Patrimônio Geológico e Geoturismo, Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo

RESUMO: A implementação de quaisquer estratégias de geoconservação deve ser precedida do inventário sistemático do patrimônio geológico da região, independentemente da escala adotada. Países como Reino Unido, Portugal e Espanha realizaram seus inventários com base em etapas bastante similares, que envolvem definição de categorias ou blocos significativos para a história geológica da região, revisão bibliográfica e consulta a pesquisadores para pré-seleção de potenciais geossítios, visitas aos locais e definição final dos geossítios. São etapas que fazem parte de uma estratégia que vem se tornando clássica. No Brasil, por sua grande extensão territorial e conhecimento geológico heterogêneo, apenas recentemente surgiram iniciativas para a realização de inventários deste tipo. A área abordada neste projeto, o litoral do Estado de São Paulo, alonga-se na direção NE-SW por quase 700 km e é caracterizada por paisagens distintas, resultantes de processos geológicos atuantes predominantemente a partir do Neoproterozoico (~ 600 Ma) até o Recente. Os diferentes setores desta região recebem, anualmente, milhares de visitantes em busca de lazer, num turismo de massa que não favorece o desenvolvimento sustentável e a proteção dos valores naturais. Com o objetivo de construir um plano geoturístico amplo, que leve em conta os valores materiais e imateriais e que se constitua em benefício para a população, está em andamento o inventário do patrimônio geológico da região. Apesar da relativa pouca distância da capital (máximo 270 km) e dos cursos de geologia oferecidos pelas universidades estaduais paulistas, da presença do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e do Instituto Geológico do Estado de São Paulo, a área carece de pesquisas geológicas detalhadas e a maior parte dos mapas disponíveis tem caráter regional. Uma das principais explicações é a falta de afloramentos contínuos, uma vez que grande parte da área é coberta pela Mata Atlântica. Os afloramentos são normalmente restritos à zona costeira e, em muitos casos, alcançado apenas por mar. A coleta de dados foi feita com base em três estratégias: pesquisa bibliográfica – deficitária devido ao pouco detalhe do conhecimento geológico, entrevistas com pesquisadores e trabalhos de campo extensivos. De acordo com a metodologia desenvolvida durante este trabalho, os geossítios foram classificados em quatro tipos: i) Geossítios cujo caráter científico é baseado em trabalho de investigação publicado e, adicionalmente, constituem atrativos turísticos tradicionais. Exemplos: Cama de Anchieta, em Itanhaém e Ponta da Jureia, em Peruíbe); ii) Geossítios cujo caráter científico é baseado em trabalho de investigação publicado, mas que não constituem atrativos turísticos. Exemplos: Ponta do Araçá, em São Sebastião e Praia Vermelha, em Ubatuba; iii) Geossítios com caráter científico e educacional observado em campo (que incluem locais potenciais para trabalhos de campo de universidades e escolas), mas sem publicações científicas relacionadas. Exemplos: Praia do Camburizinho, em São Sebastião e costão rochoso da Ilha Porchat, em São Vicente e; iv) Geossítios que não preenchem os pré-requisitos científicos, mas são atrativos turísticos tradicionais devido a características geológicas. Exemplo: Pedra do Sino, em Ilhabela. O desenvolvimento do trabalho mostrou a necessidade de se construir uma base metodológica própria, baseada nas características locais, que leve em consideração as particularidades de cada local, especialmente considerando um país tão heterogêneo como o Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: INVENTÁRIO; LITORAL DE SÃO PAULO; PATRIMÔNIO GEOLÓGICO